



DANÇA E EXPRESSÃO CORPORAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA REGIONAL CATALÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Andressa Sandrine S. de Jesus¹, Francisco C. Braga², Janinne Nascimento³, Lana F. de Lima⁴, João Paulo Cunha⁵, Paulo Maciel C. Martins⁶, Roseane Patricia de Souza e Silva⁷, Thátilla V. de Mesquita⁸

Laboratório de Atividade Física Adaptada e Grupos Especiais (LAFAGE), Curso de Educação Física, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão¹
Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, n.1120 - Bairro: Universitário
Caixa Postal: 75704-020 – Catalão,GO - BRASIL
E-mails: addressasandrine@hotmail.com, fbraga4@hotmail.com, n_janine@hotmail.com, lanaf2002@gmail.com, paulo_ma321@hotmail.com, roseanesilva.dde.ufpe@gmail.com, thaty.vieira@live.com

Recebido em: 28/11/2014 – Aprovado em: 16/01/2015 – Publicado em: 31/01/2015

RESUMO

A dança, ao lado do teatro e da música, é uma das principais artes cênicas presentes na sociedade que se caracteriza por utilizar movimentos corporais previamente estabelecidos ou improvisados com passos cadenciados executados ao som e compasso de uma música e que envolve a expressão de sentimentos por ela potencializados. A dança inclusiva é um movimento historicamente recente, com pouca tradição e, também, sem documentos que possam servir como subsídios para a discussão de propostas nesta linha de ação. Considerando tais aspectos o Projeto de Extensão “Dança Inclusiva: Dançando com as Diferenças”, ainda em fase inicial, tem por finalidade desenvolver a dança na perspectiva inclusiva favorecendo a expressão corporal de pessoas com e sem deficiência ou mobilidade reduzida. Além disso, perspectiva-se contribuir com o desenvolvimento da consciência corporal, da criatividade, da socialização, da comunicação e da autonomia de todos os participantes. Espera-se por meio deste projeto oportunizar um espaço-tempo para as pessoas com e sem deficiência ou mobilidade reduzida se conhecerem e se perceberem enquanto e como corpo sob todos os aspectos que não somente o aspecto físico e, concomitantemente, contribuir para a ampliação e qualificação dos acadêmicos do Curso de Educação Física da Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás (RC/UFG) para o trabalho pedagógico com a dança inclusiva voltada para as pessoas com e sem deficiência ou mobilidade reduzida.

PALAVRAS-CHAVE: Dança; Deficiência; Diferença; Inclusão.

DANCE AND BODY EXPRESSION FOR PEOPLE WITH DISABILITIES IN REGIONAL CATALÃO FEDERAL UNIVERSITY OF GOIÁS

ABSTRACT

The dance side of the theater and music, is a major performing arts in society, which is characterized by body movements using previously established or improvised rhythmical steps performed to the sound and rhythm of a song that involves the

expression of feelings potentiated by it. Inclusive dance is a recent historical movement with little tradition and also without documents that can serve as input for the discussion of this proposed course of action. Considering these aspects, the Extension Project "Inclusive Dance: Dancing with the Difference", still in early stages, aims to develop inclusive perspective on dance favoring the body language of people with and without disabilities or reduced mobility. Furthermore, it is envisaged to contribute to the development of body awareness, creativity, socialization, communication and autonomy of all participants. It is hoped through this project oportunizar spacetime for people with and without disabilities or reduced mobility to get to know and realize how far and body in every way that not only the physical aspect and simultaneously contribute to the expansion and academic qualification of the Course of Physical Education of the Catalão Regional Federal University of Goiás (RC / UFG) for pedagogical work with the inclusive dance geared for people with and without disabilities or reduced mobility.

KEYWORDS: Dance; Disabilities; Difference; Inclusion.

INTRODUÇÃO

A arte é um meio que propicia um diálogo entre as pessoas ultrapassando as barreiras arquitetônicas e da comunicação. Possibilita que a pessoa entre em contato consigo mesma e reconheça seu potencial e seus desafios (FORCHETTI, 2013). Durante um trabalho de criação artística o indivíduo tem como base a própria emoção, se liberta da tensão, organiza seus pensamentos, sentimentos e sensações, processos estes que favorecem o desenvolvimento da percepção, da imaginação, da observação, do raciocínio, do controle gestual, elementos que têm forte influência na aprendizagem.

A dança, ao lado do teatro e da música, é uma das principais artes cênicas presentes na sociedade, que se caracteriza por utilizar movimentos corporais previamente estabelecidos (coreografia) ou improvisados (dança livre) com passos cadenciados executados ao som e compasso de uma música e que envolve a expressão de sentimentos por ela potencializados.

É possível afirmar que não existem barreiras na dança, pois caso uma pessoa não movimente seus membros inferiores poderá movimentar os membros superiores e caso não movimente ambos ela movimentará “[...] os olhos, e, por meio dos olhos, é possível dançar” (BRAGA et al., 2002, p.157).

A compreensão de tais aspectos somada ao crescente movimento mundial, que vêm ocorrendo desde a década de noventa do século vinte, que tem como princípio a inclusão e, por conseguinte, a participação de todas as pessoas, em especial, as pessoas com deficiência (PD) ou mobilidade reduzida, em atividades sociais, pedagógicas e culturais, foi o principal fator para o surgimento da chamada “dança inclusiva” que tem como proposta “[...] proporcionar a todos os participantes igualdade de condições para desenvolver seu potencial e criar formas para que ele se sinta integrado” (FORCHETTI, 2013, p. 01).

A dança inclusiva pode ser entendida como um trabalho artístico-terapêutico que inclui a PD ou com mobilidade reduzida, por um meio não convencional, no qual os focos terapêutico e educacional não são desprezados, porém a ênfase está “[...] em todo o processo do resultado artístico, levando em consideração a possibilidade de mudança da imagem social e inclusão social dessas pessoas, pela arte de dançar.” (BRAGA et al., 2002, p.155).

BRAGA et al. (2002) e FERREIRA (2005) destacam que o trabalho da dança com PD ou mobilidade reduzida é um movimento historicamente recente, com pouca tradição e, também, sem documentos que possam servir como subsídios para a discussão de propostas nesta linha de ação, do que decorre, na atualidade, o fato desta prática da cultura corporal estar “passando por um processo de construção de identidade no mundo da dança, da educação física e da fisioterapia” (FERREIRA, 2005, p. 63), bem como por um esforço crescente para o seu desenvolvimento junto a esse grupo de pessoas.

A dança inclusiva foi criada, portanto, com a finalidade de dar às PD ou mobilidade reduzida a possibilidade de desenvolver seu potencial de movimento e suas habilidades artísticas, bem como proporcionar meios que permitam a todas as pessoas praticar a dança, sendo o foco principal a capacidade e não a limitação, bem como promover uma constante reavaliação de valores, crenças e atitudes pessoais e sociais em relação à deficiência, às semelhanças e diferenças humanas. (DANCE, 2011).

Nesse mesmo sentido TOLOCKA & FERREIRA (2006) apontam que a dança voltada para as PD ou com mobilidade reduzida pode ser considerada uma das atividades da cultura corporal mais benéficas para esse grupo de pessoas por favorecer: o desenvolvimento de formas individuais e coletivas de expressão, de criatividade, de espontaneidade, de concentração, de autodisciplina e a interação do indivíduo consigo mesmo e com os outros, propiciando a inclusão social; a melhora nas qualidades físicas (esquema corporal, equilíbrio, ritmo, coordenação motora, organização espacial e flexibilidade) e nas condições orgânico-funcionais (aparelho circulatório, respiratório, digestivo, reprodutor e excretor); o autoconhecimento, pelo toque, pois além de aumentar a percepção corporal, relaxa a musculatura; a autoestima, a independência, a experiência intensiva de situações de sucesso e fracasso, contribuindo para a melhoria da autoimagem, da autovalorização e autoconfiança pelo estímulo das percepções e sensações sinestésicas e visuais, que se expressam por meio da linguagem corporal.

Portanto, além dos benefícios psicomotores, cognitivos, emocionais e socioculturais inerentes a esta forma de arte, a dança inclusiva para PD ou mobilidade reduzida, pode ser uma forte aliada de inclusão social, especialmente, quando vivenciada em espaços onde a diversidade humana é a principal característica como, por exemplo, o espaço da Universidade (DANCE, 2011).

Estes elementos somados à compreensão de que a cidade de Catalão-GO não oportuniza espaços adaptados e profissionais qualificados que proporcionem às PD ou com mobilidade reduzida o acesso ao esporte, à cultura e ao lazer, embora estes sejam direitos garantidos na legislação brasileira, é que geraram a necessidade de desenvolver, no âmbito da RC/UFG, um projeto de extensão voltado para o trabalho com a arte, mais especificamente, a dança inclusiva.

A proposição desse Projeto está relacionada, também, com a compreensão de que a Universidade tem responsabilidades, maiores ou menores, no que tange ao atendimento das PD ou mobilidade reduzida, por ter como função formar profissionais competentes para atuar tanto no campo da educação quanto da saúde, esporte, cultura e lazer para este grupo de pessoas, e, incentivar estudos e pesquisas sobre diversas temáticas.

A compreensão de que se vive em uma época de grandes transformações as quais se desdobram em novos desafios no contexto social é um aspecto que tem sido a diretriz da agenda de governos e da atuação de movimentos sociais, de partidos políticos e de organizações públicas e privadas, inclusive de instituições de

educação superior (IES). (FORPROEX, 2012). Nesse quadro de transformações um desafio posto para toda a sociedade e, por conseguinte, para a Universidade, em âmbito mundial, refere-se à inclusão social de PD ou mobilidade reduzida.

Tal aspecto reforça a importância de Programas deste porte, que envolvem tanto a formação teórica quanto a prática, tendo em vista a realização de oficinas, eventos culturais, esportivos e científicos, no processo de formação dos acadêmicos de Educação Física e áreas afins, bem como na qualificação de professores da referida área, frente às ações pedagógicas e metodológicas no trato com o conhecimento.

Considerando que a extensão universitária deve contribuir na solução dos grandes problemas sociais do Brasil (FORPROEX, 2012), entende-se que socialmente Projetos como este potencializam a interação das PD ou mobilidade reduzida com a sociedade catalana e demais cidades da região, bem como com a comunidade acadêmica da RC/UFG.

A proposição deste Projeto se fundamenta e se justifica, portanto, na compreensão de que a extensão é um processo acadêmico definido e efetivado em função das demandas da realidade social e por ser uma atividade indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e na necessidade do intercâmbio a ser estabelecido entre a academia (Instituições Públicas de Ensino Superior que têm como foco a produção e disseminação do conhecimento) e a sociedade, possibilitando com isso o estabelecimento de relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais (FORPROEX, 2012).

Para além dos aspectos apresentados deve-se destacar, ainda, que a relevância deste Projeto se situa no fato deste ser o primeiro com estas características a ser realizado em Catalão-GO, o que contribuirá para ampliar o debate político, a produção acadêmica no campo do ensino, da extensão e da pesquisa, pois embora existam estudos direcionados para este grupo da sociedade carecemos, ainda, de propostas que atendam a inserção das PD ou mobilidade reduzida, em diferentes espaços.

Cabe salientar que embora se reconheça há anos que as atividades culturais e esportivas sejam benéficas para este grupo de pessoas ainda são escassas as oportunidades para que possam vivenciá-las em algumas cidades do interior quando não esbarram em questões burocráticas, arquitetônicas e financeiras, dificultando o engajamento das mesmas em atividades esportivas e de lazer.

O referido Projeto tem, portanto, como objetivo geral desenvolver a dança na perspectiva inclusiva oportunizando um espaço-tempo para as pessoas com e sem deficiência ou mobilidade reduzida se conhecerem e se perceberem enquanto e como corpo sob todos os aspectos que não somente o físico, bem como desenvolver a consciência corporal, a criatividade, a socialização, a comunicação e a autonomia de todos os participantes oportunizando a qualificação dos acadêmicos do Curso de Educação Física da RC/UFG para o trabalho pedagógico com a dança inclusiva.

De forma mais específica objetiva-se: a) Possibilitar a melhora do bem-estar e da saúde de PD ou mobilidade reduzida, considerando as características morfofuncionais e psicossociais próprias desse grupo de pessoas; b) Possibilitar a comunidade interna e externa à RC/UFG e, mais especificamente, às PD ou mobilidade reduzida um espaço para a vivência em dança inclusiva; c) Proporcionar aos acadêmicos do Curso de Educação Física um espaço de aprendizagem acerca do trabalho pedagógico com a cultura da dança inclusiva e PD ou mobilidade reduzida; d) Fomentar o debate tanto no Curso de Educação Física quanto na

comunidade interna e externa à RC/UFG sobre temas relativos a corpo, deficiência, dança e inclusão; e) Desenvolver processos metodológicos para o ensino da dança inclusiva tendo como pressuposto a pesquisa de movimento dos diferentes corpos dançantes e assim legitimar os corpos reais que constituem hoje a sociedade e que em muitos momentos são marcados/estigmatizados em decorrência de uma hegemonia de corpos e atitudes sociais; f) Dar início à formação de um grupo de PD ou mobilidade reduzida para atuar em apresentações de dança inclusiva.

MATERIAL E MÉTODOS

O público-alvo deste Projeto é constituído por dezoito pessoas (entre crianças, adolescentes e adultos) sem e com deficiência (física, visual, auditiva, intelectual) ou mobilidade reduzida, com idade a partir de quatro anos a 50 anos, que compõem a comunidade interna e externa à RC/UFG.

Tendo em vista os objetivos propostos na ação de extensão procura-se, ainda, desenvolver de forma eventual atividades que envolvam os familiares das pessoas inscritas neste projeto. As aulas de dança inclusiva, que têm duração aproximada de 1 hora, ocorrem uma vez por semana no Laboratório de Linguagens Corporais e Artísticas do Curso de Educação Física da RC/UFG.

Para nortear o planejamento e execução das aulas de dança inclusiva a equipe executora adota como referência os princípios básicos da teoria de Laban que se centra no estudo dos movimentos do homem e que entende que estes são funcionais e expressivos, o que significa dizer que na realização de qualquer movimento corporal as pessoas sempre estão exprimindo sentimentos de si próprias (FERREIRA, 2001).

O desenvolvimento das aulas segue a proposta didático-metodológica para dança inclusiva, de autoria de FERREIRA (2001) que consta de seis etapas: 1) Fase Comportamental; 2) Fase de Integração Artística; 3) Fase de Associação; 4) Fase Elementar; 5) Fase de Instrumentalização; e 6) Fase Coreográfica.

O desenvolvimento do projeto tem por base um processo permanente de ação/reflexão/ação visto que a equipe executora se reúne quinzenalmente e, eventualmente, de forma semanal, para discutir o planejamento, avaliar o trabalho desenvolvido repensando e propondo ações que melhor beneficiem os alunos na descoberta do movimento pelo movimento e, por conseguinte, na realização das atividades previstas nas aulas de dança inclusiva.

Além disso, as reuniões são dedicadas ainda para a leitura e debate de textos e vídeos que abordam temáticas voltadas para a inclusão, dança inclusiva, deficiência, diferença, acessibilidade, dentre outros.

RESULTADOS

O Projeto de Extensão Dança Inclusiva: Dançando com as Diferenças teve suas atividades iniciadas no mês de junho de 2014 desenvolvendo suas atividades com apenas três alunos adultos com deficiência física (um homem e duas mulheres, sendo uma destas cadeirante), porém até o mês de outubro do corrente ano o referido projeto passou a atender um total de dezoito pessoas (entre crianças, adolescentes e adultos de ambos os sexos) com e sem deficiência, com idades variando de quatro a 50 anos.

As aulas e as atividades propostas foram elaboradas a partir da compreensão de que a dança se expressa por meio de um conjunto rico de movimentos, gestos, passos e expressões que se manifestam em nosso dia a dia por meio das atitudes

das pessoas e por uma combinação de esforços não padronizados e nem mesmo intencionais (ROSSI, 2014).

Nesse pouco tempo, que envolve a implantação e o desenvolvimento das atividades iniciais do projeto, é possível perceber alguns resultados, poucos, mas significativos, tais como, por exemplo:

- a) a procura cada vez maior por parte de pessoas com e sem deficiência, da comunidade externa à Universidade, pela prática desta atividade, o que tem possibilitado às mesmas interagir e perceber as potencialidades das PD ou mobilidade reduzida superando dessa forma ideias preconceituosas e estigmatizantes;
- b) ampliação do conceito de dança dos alunos participantes do Projeto, atividade esta que passa a ser vista como algo possível a todas as pessoas (com e sem deficiência), portanto, indo além da execução técnica de movimentos de estilos de dança historicamente já existentes e estabelecidos no meio social;
- c) a compreensão da dança, pelos alunos do projeto, como sendo mais uma forma de expressão e comunicação; e
- d) a inserção dos alunos com e sem deficiência ou mobilidade reduzida em um espaço antes desconhecido, a Universidade, que passa a ser visto não só como um local de produção de conhecimento, mas, também, de relação e de troca de experiências com a comunidade.

DISCUSSÃO

A mudança no que diz respeito à forma como a PD ou mobilidade reduzida passou a ser vista e tratada na sociedade, nas últimas décadas, sendo reconhecida como um cidadão com direitos e deveres, ocorreu, principalmente, a partir dos anos noventa do século passado, com a aprovação de diversos documentos internacionais, de forma mais específica a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais (1994), que reafirmam os direitos sociais de cada indivíduo, em específico a educação, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Pode-se considerar que o debate sobre a inclusão social e educacional da PD ou mobilidade reduzida ganhou força, principalmente, devido à realização da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) que apontava para a necessidade de atender ao direito de acesso, ingresso, permanência e sucesso na escola básica, seja para crianças, jovens ou adultos. Nessa Conferência definiu-se que a educação deveria buscar organizar meios para a inclusão social, garantindo o acesso e a permanência dos indivíduos no ambiente escolar e social, bem como educar para o respeito à diversidade.

Posteriormente, o preceito da inclusão social e educacional é reafirmado e fortalecido com a realização da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade (1994), durante a qual é aprovada a Declaração de Salamanca, que constitui um importante marco na difusão da filosofia da educação inclusiva e que mostra a necessidade de o governo desenvolver ações políticas para realizar a meta da 'escola para todos', em que sejam reconhecidas as diferenças, as necessidades de cada um, promovendo a aprendizagem de todos (LIMA, 2012).

Conforme os autores CARVALHO et al., (2006) é a partir da Declaração de Salamanca (1994) que foi proposto o paradigma da inclusão social que afirma a necessidade de todos os países se comprometerem com a eliminação das barreiras

que vêm, historicamente, excluindo uma parcela considerável da população mundial, na qual se encontram PD.

Pode-se dizer que em suas diferentes expressões (social, educacional, econômica, cultural, esportiva, entre outras) a ideia de «inclusão» aparece acompanhada de uma aura de «inovação», «transformação», «mudança» «revolução». É como algo que poderia levar à superação da ordem social dominante e a dar respostas para a exclusão aí existente por meio da inserção de todos os indivíduos numa sociedade em que a diversidade teria deixado de ser uma exceção.

Na perspectiva da inclusão social todas as pessoas, e aqui estão incluídas as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência ou de mobilidade reduzida, devem ter assegurado o pleno e efetivo exercício de todos os direitos humanos, sem distinção de qualquer espécie, com plena igualdade perante a lei, bem como de participação em todos os aspectos da sociedade, tais como vida política, econômica, social, religiosa, cultural e no desenvolvimento de seu país. Portanto, conforme o artigo 27º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento este aprovado no ano de 1948 pela Organização das Nações Unidas “todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de usufruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p.13).

Desse modo, na linha da garantia dos direitos humanos e da inclusão social, temos no âmbito legal, especificamente no Brasil, documentos que marcam a discussão acerca do direito de acesso a atividades de cultura, esporte e lazer às PD ou mobilidade reduzida. Podemos destacar, inicialmente, a atual Constituição brasileira, conhecida como a “Constituição Cidadã” e que foi promulgada no ano de 1988, a qual estabelece a garantia dos direitos individuais, políticos, a universalização dos direitos sociais, tais como, por exemplo, saúde, cultura, esporte e educação. Além disso, incorpora reivindicações pela “diferença” no plano cultural quando apresenta como princípios valores como justiça e igualdade, fraternidade e pluralidade.

Seguindo esta linha de raciocínio temos, também, o Estatuto das Pessoas com Deficiência, Decreto Lei nº 3.298, de 21 de dezembro de 1999. Também esse Decreto apresenta nos artigos 5º e 6º, como função do Estado e da sociedade civil o desenvolvimento de ação conjunta que assegure a plena inserção da PD ou mobilidade reduzida no contexto socioeconômico e cultural, portanto, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Por sua vez no texto da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949, do dia 25 de agosto de 2009, afirma-se que embora tenham sido assumidos, em âmbito mundial, diversos compromissos pelos governos dos Estados-nação, por ser considerado que a promoção do pleno exercício, pelas PD ou com mobilidade reduzida, de seus direitos humanos e liberdades fundamentais e de sua plena participação na sociedade resultará no fortalecimento de seu senso de pertencimento à sociedade e no significativo avanço do desenvolvimento humano, social e econômico da sociedade, bem como na erradicação da pobreza, este grupo de pessoas ainda enfrenta barreiras contra sua participação como membros iguais da sociedade e violações de seus direitos humanos em todas as partes do mundo.

Nesse sentido, no inciso V do artigo 30º da Convenção, é afirmado que para que as PD ou com mobilidade reduzida participem da vida cultural, em igualdade de

oportunidades com as demais pessoas, os Estados-nação tomarão todas as medidas apropriadas para que possam ter acesso, por exemplo, a bens culturais em formatos acessíveis, bem como para que tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas, também para o enriquecimento da sociedade.

Assim, entendendo que o acesso à cultura e à arte é um direito humano universal, cabe à sociedade de modo geral pensar em ações que promovam a inclusão dos grupos minoritários e das PD que em sua maioria não têm acesso a esses bens sociais, pois os mesmos são elementos essenciais que somadas à ação educativa formal conduzem ao pleno desenvolvimento do indivíduo.

Em decorrência de políticas e leis direcionadas à inclusão social de PD ou com mobilidade reduzida, pode-se afirmar que profissionais-pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento passaram a desenvolver pesquisas tendo como foco esse grupo de pessoas. Nesse sentido, ROSSI (2014) afirma que somente na década de oitenta do século vinte começaram a ser desenvolvidos estudos com foco na relação cultura e deficiência, e mais especificamente na interface “dança e deficiência”, estudos estes que têm vivenciado um crescimento significativo, sobretudo, nos últimos anos e que explicitam como objetivo a capacitação do professor para que este consiga despertar e orientar o aluno para a execução de movimentos livres e técnicas diversas de dança, tendo por base uma ação reflexiva e consciente que leve em consideração a individualidade de cada pessoa.

CONCLUSÃO

Quando se propõe um Projeto de Extensão voltado para a dança inclusiva esta proposição é feita a partir do entendimento de que a prática deste elemento da cultural corporal humana intervém na constituição do sujeito e na relação deste com o mundo, bem como possibilita à sociedade compreender a dança e a PD ou mobilidade reduzida para além do olhar cultural e historicamente constituído na história da humanidade.

Entende-se que o acesso à arte, e mais especificamente à dança, é um direito que todas as pessoas têm e que o fato de uma PD (visual, intelectual, física ou auditiva) exercer esse direito não a fará, como num passe de mágica, deixar de sê-lo, mas certamente passará (assim como seus familiares) a ressignificar sua pessoa e a relação com seu corpo, com a linguagem e com a sociedade, de outra maneira.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a RC/UFG e ao Curso de Educação Física os quais vêm apoiando todas as ações e iniciativas do LAFAGE no sentido de garantir às PD o direito de participar de atividades culturais e de lazer, favorecendo desse modo mais um espaço de formação e de pesquisa para os acadêmicos da área da Educação Física.

REFERÊNCIAS

BRAGA, D. M. et al. Benefícios da Dança Esporte para Pessoas com Deficiência Física. **Revista Neurociências**, São Paulo, v. 3, n. 10, p. 153-157, 2002. Disponível em: <<http://www.revistaneurociencias.com.br/edicoes/2002/RN%2010%2003/Pages%20fom%20RN%2010%2003-6.pdf>>. Acesso em: 27 mar.2014.

BRASIL, **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

BRASIL, **Decreto Lei nº 3.298, de 21 de dezembro de 1999**. Estatuto da Pessoa com Deficiência, 1999.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, A. R. de; ROCHA, J. V. da; SILVA, V. L. R. R. da. Pessoa com deficiência na história: modelos de tratamento e compreensão. In: PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AÇÕES RELATIVAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (Org.). **Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos**. Cascavel/PR: Gráfica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2006. p.20-33.

DANCE, R. **Dança inclusiva – o que é?** Mundo da Dança. 2011. Disponível em: <<http://mundodadanca1.blogspot.com/2011/10/danca-inclusiva-o-que-e.html>>. Acesso em: 03 abr.2014.

FERREIRA, E. L. Proposta metodológica para o desenvolvimento da dança em cadeira de rodas. **Revista Conexões**, Campinas-SP, v.1, p.38-48, 2002.

FERREIRA, M. B. R. Possibilidades de movimentos artísticos sobre uma cadeira de rodas – e a volta dos espetáculos de alta performance. In: FERREIRA, E. L. (Org.). **Dança artística e esportiva para pessoas com deficiência: multiplicidade, complexidade e maleabilidade corporal**. Juiz de Fora, MG: CBDCCR, 2005. p.63-74. v.l.

FORCHETTI, D. Projeto Arteiros: uma proposta de dança inclusiva. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA, 1., 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEDPcD/Diversitas/USP Legal, 2013. p.1-11. Disponível em: <http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Daniella_Forchetti.pdf>. Acesso em: 03 abr.2014.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2012. 74 p.

LIMA, L. F. de L. **Inclusão sócio-educacional e diversidade: debate conceitual e desenvolvimento histórico-legal no Brasil após 1988**. 2012. 180f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG. 2012.

LIMA, S. M. T. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. p. 93-99.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes.** New York, 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** New York, 1948. Disponível em: Disponível em: <http://www.onubrasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 02 ago. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. **Educação para Todos: o compromisso de Dakar.** Brasília: UNESCO, CONSED, 2001a, 70p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, CORDE, 1994. 54p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, 1990. 8p.

ROSSI, P. **Programação de ensino em dança educativa voltada para crianças com deficiência.** 2014. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Educação Especial, São Carlos-SP. 2014.

TOLOCKA, R. E.; FERREIRA, E. L. **Dança em cadeira de rodas: uma possibilidade de transcendência.** In: RODRIGUES, David (Org). **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo.** São Paulo: Artes Médicas, 2006. p.183-198.